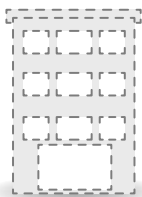


O ESQUEMA

Empresa pede uma licença ambiental para executar uma obra ou atividade de mineração



A concessão de uma licença ambiental geralmente é demorada e criteriosa



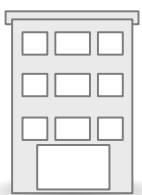
Os “despachantes” intermediam a negociação junto à empresa e ao órgão público e conseguem a liberação da licença em tempo recorde



Mesmo com problemas no projeto, servidor público encaminha a liberação imediata por meio de pagamento de propinas (em dois casos, foram pagos R\$ 20 mil e R\$ 70 mil)



Mesmo que, em tese, não se tenha prejuízo ao erário público, pois a propina era paga pelas empresas aos servidores, o dano ambiental é, muitas vezes, irreparável



Os fatos giram em torno da suposta fraude na concessão de licenças ambientais mediante pagamento de propina para a liberação de mineração e empreendimentos imobiliários

Os delegados da PF explicaram que as fraudes, descobertas em cerca de um ano de investigação, funcionavam com base no uso de “despachantes” que intermediavam junto a servidores públicos a agilização da concessão de licenças ambientais. Os empresários que recorreram ao esquema eram das áreas de mineração e de construção civil, principalmente de empreendimentos imobiliários em Porto Alegre e no Litoral Norte

As propinas pagas em troca das licenças podiam ser em dinheiro (em valores entre R\$ 20 mil e R\$ 70 mil) ou, igualmente, na forma de presentes. Conforme um dos delegados da PF, Thiago Machado, uma licença para beneficiário do esquema chegou a ser liberada em apenas uma tarde

Conforme a PF, não se trata de uma quadrilha ou de uma investigação contra órgãos públicos, embora estejam sendo investigados servidores ligados ao Departamento Nacional de Produção Mineral, às secretarias de Meio Ambiente do Estado e de Porto Alegre e à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam)

A PF não confirmou os nomes devido ao segredo de Justiça

Os investigados devem ser indiciados por corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, crimes ambientais e lavagem de dinheiro

Conforme a PF, uma equipe de 10 peritos, entre geólogos, biólogos e contadores analisará os dados apurados pela PF para quantificar os danos ambientais e analisar os patrimônios das pessoas envolvidas no esquema. A Polícia Federal pede que empresários que se sentiram prejudicados por licenças ambientais não liberadas denunciem os casos ao MP